

Dívida de 86,98 bilhões no final do 1º semestre

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, disse ontem que a fase 3 da renegociação da dívida externa brasileira envolverá redução mais substancial nos **spreads** — taxas de risco acima dos juros básicos — pagos pelo Brasil, a exemplo do que já consegue o México. Em seu informativo mensal divulgado ontem, o Banco Central informou que a dívida externa global atingiu, ao final do primeiro semestre deste ano, US\$ 86,98 bilhões — US\$ 76,38 bilhões registrada de médio e longo prazos e US\$ 10,6 bilhões não registrada de curto prazo. O informativo registrou ainda que a correção cambial terá, em 1984, "como referência a variação do IGP-DI, sem accidentalidade".

Em palestra para funcionários comissionados do Banco Central, Pastore afirmou que o México já obtém **spreads** menores na contratação de recursos novos junto aos bancos internacionais e o Brasil deverá também alcançar a redução, quando

passar a negociar novos empréstimos.

Lançou mais dúvidas sobre a política cambial a vigorar nos próximos meses: "A carta suplementar do governo brasileiro ao FMI reafirma a manutenção para 1984 das linhas básicas da política cambial de desvalorizações do cruzeiro (em relação ao dólar norte-americano) tendo como referência a variação do IGP-DI, sem accidentalidade"

mos para ajustar as contas externas de 1985 para diante. A fase 2 da renegociação, concluída no mês passado, envolveu o fechamento das contas externas deste ano e do próximo.

Segundo o presidente do Banco Central, o Brasil não deve mudar o tom da renegociação da dívida. Em sua opinião, nem o México recorreu à moratória clássica, ao suspender por noventa dias os pagamentos aos credores. Lembrou que, após a centralização cambial em agosto, o Brasil registrou atrasos superiores a noventa dias em seus compromissos externos, o que até significou uma moratória não declarada sem os prejuizos da moratória unilateral.